

## INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA NA REVOLTA DA ARMADA?\*

"A afirmação, de incontestável verdade, de que para narrar a história seja preciso sobrepor-se às paixões e afastar idéias e juízos preconcebidos, passa bem facilmente à outra de que se deva narrá-la fora de qualquer participação nas lutas da vida e deixando de lado qualquer compromisso filosófico. O torneio das frases e o som das palavras, bem parecidos nas duas afirmações, enganam facilmente; e, não obstante, as atitudes que nelas se delineiam são radicalmente diversas, e a segunda contrasta mesmo com a natureza mesma da historiografia. (...) a historiografia (...) no segundo sentido, e deteriorante, é aquela sem participação operosa e sem o trabalho conjunto de pensamento; qualquer outra coisa, pois, crônica, poema, eloquência, mas não historiografia, porque lhe falta nem mais nem menos que sua própria alma, o problema histórico."

Benedetto Croce (*A história como pensamento e como ação*)

"(...) Floriano foi, acima de tudo, militar. Militar por índole, por formação, pela mentalidade. Recebeu o poder como quem recebe o comando de uma praça de guerra com ordem de defendê-la a todo transe. Intimado a deixá-la, repeliu, como verdadeiro militar, o *ultimatum*. Pouco lhe importava a superioridade do inimigo, em homens ou em material. A ordem era resistir. Resistiria."

Sérgio Corrêa da Costa. (*A diplomacia do Marechal*)

JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO<sup>1</sup>

Professor da Universidade Estadual de Londrina<sup>2</sup>

O episódio da intervenção estrangeira na Revolta da Armada já no momento em que se processava deu origem a ampla polêmica e permanece atualmente uma controvérsia historiográfica. Autores contemporâneos dos acontecimentos lhe atribuem significados

opostos, como é o caso de Joaquim Nabuco, que – pretendendo fazer uma história puramente diplomática e deslegitimar as ações de Floriano Peixoto na presidência da República – julgou o episódio decisivo para a vitória do governo legal<sup>3</sup>, afirmando que para defender

\* Este texto fez parte da Comunicação Coordenada intitulada: *Nem paz, nem consenso: do Império à República* apresentada nas sessões do GT de História Política da ANPUH, no XX Simpósio Nacional de História, realizado na UFSC – Florianópolis, no período de 25 a 30 de julho de 1999.

<sup>1</sup> Professor de História da América na Universidade Estadual de Londrina. Mestre em História Social pela FFLCH-USP. Doutorando na mesma instituição.

<sup>2</sup> Agradeço aos meus amigos Cláudio dos Reis Gonçalves, de Londrina; Katia Marcelina de Souza, de Recife; Liseane Morosini, do Rio de Janeiro; Paulo Parucker e Paulo Roberto de Almeida, ambos de Brasília; e, finalmente, à minha orientadora, Profa. Dra. Maria de Lourdes Janotti, da USP; todos apaixonados pela História Política do Brasil. Um registro especial de gratidão deve ser feito ao pessoal – civil e militar – do Serviço de Documentação da Marinha e da Biblioteca do Clube Naval, pela cordialidade e gentileza dispensadas aos pesquisadores que freqüentam estas instituições a atormentá-los com suas dúvidas, incertezas e indagações.

<sup>3</sup> NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta da armada de 1893*. In SILVA, Leonardo D. *Nabuco e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1990, p. 53-173. (A primeira edição é de 1896).

sua autoridade teria recorrido ao estrangeiro sacrificando a soberania nacional, correndo o risco de transformar o país em um protetorado<sup>4</sup>. Por outro lado, Felisbelo Freire, ex-ministro de Floriano, combatendo a interpretação de Nabuco, argumentava que a maioria dos países que participaram da intervenção tinham simpatias pelo regime decaído e que sua atuação teria beneficiado a Esquadra rebelada, representando uma humilhação para o governo, que venceu a Revolta por seus próprios meios<sup>5</sup>. A historiografia posterior incorporou em maior ou menor grau as posições de Nabuco ou de Freire<sup>6</sup>. Estas interpretações distintas, dir-se-ia, são resultantes de uma historiografia partidária e, portanto, parcial, pois envolveram uma disputa entre monarquistas e florianistas acerca do registro da história. Este aspecto não pode, no entanto, ser desprezado e nem desqualificado na medida em que demonstra a existência de um problema histórico sobre o qual se deve refletir.

Este problema diz respeito à passagem do Império à República. Aqui emerge, portanto, a questão sobre a qual se deve meditar: qual o significado da Revolta da Armada, e mais especificamente da intervenção estrangeira naquele episódio, no processo da passagem do Império para a República? Ou, colocando a questão de outra maneira: qual a contribuição que o estudo da intervenção estrangeira na Revolta da Armada pode propiciar para a compreensão deste momento da vida brasileira?

Empreender-se-á aqui uma tentativa de responder a estas questões abordando aque-

le evento a partir de uma perspectiva até então não considerada pelos historiadores: a de que se tratou de um momento da guerra ocorrida entre os anos de 1893-1894, que dividiu as elites civis e militares do país. Guerra esta que se ramificou e, conjugando-se com a Revolução Federalista no Sul, englobou grande parte do território brasileiro, criou um governo provisório – por mais frágil que tenha sido sua estrutura – na cidade de Desterro em Santa Catarina e que foi pacificada somente depois da ascensão do quarto governo republicano – o do Presidente Prudente de Moraes – e da morte daquele que foi seu maior líder na fase final: o Contra-Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama. O recurso a Carl Von Clausewitz é ineludível. Isto porque Clausewitz formulou uma das mais influentes e duradouras teorias sobre a guerra, cujos fundamentos são bem conhecidos devido à sua célebre fórmula - *a guerra é a continuação da política por outros meios*. Na verdade, e é fundamental destacar, a passagem é mais complexa: *a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios*<sup>7</sup>. Esta teoria se aplicaria bem ao caso da Revolta da Armada e da intervenção estrangeira por uma série de razões: a primeira delas é que Clausewitz estava em voga no período em questão e que todo o pensamento estratégico sobre o Exército e sobre a Marinha do Brasil encontravam fundamento em suas formulações, bem como nas do Almiran-

4 Idem, p. 144-5.

5 FREIRE, Felisbelo. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília; Editora da UNB, 1982.

6 O argumento de Nabuco mais reproduzido pela historiografia diz respeito ao fato de que a “intervenção” uma vez efetivada deu ao governo legal tempo necessário para armar-se e preparar-se para os conflitos posteriores. Ver por exemplo: COSTA, Sérgio C. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. 2ª ed. Brasília; Editora da UNB, 1979. (A primeira edição é de 1945). Interessante é observar, no entanto, que este autor é francamente florianista e, de modo geral, reproduz os juízos e as opiniões de Felisbelo Freire. QUEIROZ, Suely R. R. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; MARTINS, Hélio Leônico. *A revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

7 CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 p. 27. (A primeira edição é de 1832-1834).

te Mahan<sup>8</sup>. Uma outra razão que faz pensar ser pertinente tomar as considerações de Clausewitz é a sua idéia de que a guerra seria em algumas ocasiões *total*, ou seja, uma ação que teria por objetivo a eliminação do inimigo. Ora, tanto Custódio de Melo como Floriano Peixoto assumiram exatamente esta perspectiva. Às tentativas de mediação de Saldanha da Gama logo no início da Revolta, Custódio de Melo retrucou que o diálogo se iniciaria após a renúncia de Floriano. Derrotado, Saldanha da Gama apresentou uma proposta de rendição<sup>9</sup> que foi recusada pelo Presidente da República, tendo este ordenado o ataque e destruição dos navios e fortalezas já abandonadas pelos revoltosos. Ter-se-ia, portanto, um caso clássico de uma guerra total como continuação da política. Outras perspectivas sobre a guerra devem, no entanto, ser consideradas. Recentes críticas às concepções de Clausewitz podem contribuir para circunscrever melhor o problema. John Keegan afirma em seu estudo *Uma história da guerra*<sup>10</sup> que Clausewitz teria falhado fragorosamente em responder à questão – o que é a guerra – pois desconsiderou totalmente a dimensão cultural do fenômeno. Para comprovar sua crítica, Keegan procura demonstrar que nas sociedades primitivas<sup>11</sup> a

guerra não tinha o caráter de *continuação das relações políticas* e muito menos assumiam uma proporção de totalidade. Ao contrário, segundo este autor, as dimensões rituais e simbólicas teriam por função resolver conflitos – no mais das vezes, luta pelas mulheres – e limitar as conseqüências destrutivas da guerra. Embora durante a Revolta da Armada a disputa por mulheres não estivesse em jogo, é fundamental considerar também os aspectos rituais do conflito como parte integrante *dos outros meios* que contribuem para *realizar as relações políticas*, sob pena de se fazer um estudo bastante incompleto. Por outro lado, Umberto Eco, em perspicaz reflexão sobre a recente Guerra do Golfo, demonstra que nas sociedades ocidentais a guerra moderna teria um *momento final* se Clausewitz tivesse razão, ou seja, que a guerra *acabaria quando fosse atingido um estado de equilíbrio que permitisse o retorno à política*<sup>12</sup>. Mas, acrescenta o pensador, *em nosso século é a política do pós-guerra que será sempre e de qualquer forma a continuação (com qualquer meio) das premissas colocadas pela guerra. Não importa qual seja seu andamento, a guerra (...) vai prolongar-se em uma dramática instabilidade política, econômica e psicológica nos decênios seguintes, que*

8 Vários são os escritos do período sobre a reestruturação da Marinha de Guerra do Brasil que se apoiam nas concepções de Clausewitz. Dentre outras, podem ser citadas: BARBOSA, Rui. *Lição do Extremo Oriente*. In *Certas de Inglaterra*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Iracema, 1972. DIAS, Arthur. *O problema naval: condições atuais da Marinha de Guerra e seu papel nos destinos do país*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1899. Sobre a questão do pensamento e da influência do Almirante Mahan ver: VIDIGAL, Armando Amorim F. *Apointamentos de estratégia naval*. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 118, n.º 7/9, julho/setembro, 1998, p. 103-31.

9 Através do Comandante dos navios portugueses, Augusto de Castilho, Saldanha da Gama fez chegar ao Presidente Floriano a seguinte proposta de rendição: 1- Retirada para o estrangeiro dos oficiais, assim como dos que com eles privam sob a garantia e guarda da Nação Portuguesa; 2 – Garantia de vida para os inferiores e praças e bem assim para os voluntários que lhe estão assimilados; 3- Entrega das fortalezas, navios e mais material no pé em que se acham; 4 – Restituição dos prisioneiros, exceto aqueles oficiais prisioneiros que queiram ou preferam partilhar a sorte dos oficiais da Esquadra. *Relatório do Ministro das Relações Exteriores*, 1894, Anexo n.º 32, p. 47.

10 KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

11 Ianomamis, Marings, Maoris e Astecas são os grupos analisados por Keegan.

12 ECO, Umberto. *Pensar a guerra. Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 24.

não poderia produzir senão uma política guerreada<sup>13</sup>. Assim é pertinente uma abordagem da Revolta da Armada e mais especificamente da intervenção estrangeira neste evento, considerando-a como momento de uma guerra que, se não é *uma continuação da política por outros meios*, mantém com a política profundos vínculos, que é ritualizada e carregada de significações simbólicas, e que se projetou intensamente na configuração do regime republicano brasileiro.

As distintas interpretações, sejam a dos contemporâneos sejam as posteriores, trabalharam sempre com a idéia da intervenção estrangeira como "fato inquestionável".

Atendo-se às declarações da documentação oficial não haveria margens para dúvidas acerca da intervenção. Em seu relatório de 1894, o Ministro Cassiano do Nascimento, das Relações Exteriores, observava quanto ao acordo de 5 de outubro: *Assim ficou entendido que esta capital, considerada cidade aberta não devia ser e não seria hostilizada pelos revoltosos; e assim iniciou na extensão admitida pelo direito internacional, a intervenção da força e da diplomacia estrangeira em benefício não só dos nacionais, mas também e principalmente dos estrangeiros*<sup>14</sup>.

Apesar destas afirmações enfáticas, a linguagem dos documentos – correspondência entre revoltosos, esquadra estrangeira e governo legal – permitem vislumbrar aqui e ali aspectos que têm como efeito minar a confiança do historiador em imagem tão acabada.

A 6 de setembro, o Rio de Janeiro foi sitiado pela Esquadra rebelada<sup>15</sup>. Intimado pelo ex-ministro da Marinha a renunciar, o Presidente Floriano Peixoto, de imediato, procurou tomar algumas providências para manter a ordem pública, defender a cidade e resistir à Revolta. Neste momento iniciam-se as controvérsias. Joaquim Nabuco afirma que na manhã do dia 6 o Contra-Almirante Coelho Neto teria ido solicitar aos comandantes dos navios estrangeiros ancorados na Guanabara apoio moral para evitar o bombardeamento da capital. No mesmo dia, o governo teria convidado o corpo diplomático para uma conferência com a mesma finalidade<sup>16</sup>.

Felisbello Freire nega que o pedido de apoio houvesse sido feito. Segundo o autor, o Contra-Almirante Coelho Neto teria ido aos navios estrangeiros para informar-lhes a eclosão da Revolta e a conferência com o corpo diplomático teria sido convocada pois *o governo não quis ocultar-lhe que não dispunha de elementos materiais para exercer os direitos de soberania no porto do Rio de Janeiro e por conseguinte eximia-se da responsabilidade de qualquer prejuízo em cidadão ou propriedade estrangeira*<sup>17</sup>. O convite aparentemente havia sido dirigido a todo o corpo diplomático<sup>18</sup> e foi anunciado por uma nota ameaçadora do ministro das Relações Exteriores: *Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que parte da esquadra rebelou-se, manifestando franca hostilidade contra o governo legal, que se sente com força para em terra manter a lei e autoridade e garantir a ordem públi-*

13 Idem.

14 *Relatório do Ministro das Relações Exteriores*, p. 6.

15 A descrição mais detalhada das esquadras (rebelde, legal e estrangeira) está em MARTINS, Hélio Leôncio. *Op. Cit.*

16 NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 58.

17 FREIRE, Felisbello. *Op. Cit.*, p. 150.

18 (...) *convide a V. Ex.<sup>a</sup> para uma conferência imediata, para a qual se acham também convidados os representantes da Inglaterra, Itália, Estados Unidos da América, Portugal, França e Alemanha, potências que atualmente têm força naval nas águas brasileiras. Na referida conferência se deverá tratar dos melhores meios de garantir os direitos dos súditos da nação de V. Ex.<sup>a</sup> aqui domiciliados.* Idem, p. 150-1.

ca. *Está fora dos recursos do governo evitar a tentativa de bombardeio da cidade, hipótese esta, de que o mesmo governo não pode deixar de cogitar e que leva-o a comunicar a V. Exa. os acontecimentos que se estão dando para que V. Exa. fique deles ciente*<sup>19</sup>.

O comandante Augusto de Castilho – dos navios portugueses – e o ministro italiano, Tugini<sup>20</sup>, confirmam a existência do pedido de apoio e outros documentos, que Felisbelo Freire menciona, atestam que países que não possuíam forças navais no Rio de Janeiro foram excluídos das conferências e acordos entre o Brasil e os estrangeiros. No dia 30 de setembro, os representantes diplomáticos da Inglaterra e da França, mediante ameaças do bombardeio da capital, da instauração do saque e da desordem, fixaram um aviso à porta de suas respectivas legações, comunicando que seus nacionais seriam protegidos por destacamentos da esquadra estrangeira. O aviso causou pânico na cidade e a ira do governo que ameaçou intervir caso houvesse um desembarque de forças estrangeiras no Paço. Em vista disto os diplomatas de Peru, Argentina, Chile, Bolívia e Uruguai emitiram comunicado no dia 4 de outubro afirmando que de nenhum tipo de acordo haviam participado e que só tinham notícias da situação política do Brasil através do ministro inglês<sup>21</sup>.

Constata-se, pois, que apenas os representantes dos países que possuíam forças

navais na baía foram convidados a participar da conferência com o Marechal Floriano. Na medida em que a conferência objetivava discutir os *melhores meios de garantir os direitos dos súditos* daquelas nações – *uma vez que estava fora dos recursos do governo evitar o bombardeio da cidade* –, é possível sugerir que o convite e a nota, considerados conjuntamente<sup>22</sup>, configuravam um pedido de *intervenção militar* para socorrer a autoridade pública feito às potências estrangeiras. Tratava-se, portanto, de oficializar em linguagem diplomática e honrosa – um ritual – o convite feito pelo Contra-Almirante Coelho Neto na manhã do dia 6 de setembro. Considerada a questão do ponto de vista militar é pertinente indagar como seria possível – estando a Baía de Guanabara dominada pela Esquadra rebelde – aos estrangeiros *garantir os direitos* dos seus cidadãos residentes no Rio sem o emprego da *força* ou da *potência* – a ameaça do uso da força para impedir os revoltosos? Isto demonstra que o governo legal não hesitaria em colocar-se sob o protetorado estrangeiro para garantir sua autoridade. A questão, no entanto, não se limita ao pedido do governo. Também os revoltosos procuraram obter apoio internacional para a revolta. Da correspondência entre Custódio de Melo, os comandantes e diplomatas estrangeiros e o governo legal no período de setembro a dezembro<sup>23</sup> depreende-

19 Idem.

20 Apud. NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 58.

21 O comunicado dos latino-americanos é o seguinte: 1-*Que não tiveram participação alguma nos acordos, conferências etc., que a imprensa e os rumores públicos dão como celebrados, pelo corpo diplomático;* 2- *Que do acordo especial, a que se refere o aviso que deram aos estrangeiros, os srs. Ministros plenipotenciários de Inglaterra e encarregado de negócios da França oferecendo-lhes proteção prestada por forças da esquadra estrangeira no largo do Paço se ocorressem os casos de anarquia ou saque, apenas tiveram conhecimentos pelos jornais;* 3 – *que de acordos relacionados com a atual situação política do Brasil, só têm tido notícias por um ato de especial deferência de S. Exa. o Sr. Ministro da Inglaterra.* Apud. FREIRE, Felisbelo. *Op. Cit.*, p. 114.

22 Assim os diplomatas estrangeiros o receberam.

23 Que os estudiosos denominam *Primeira e Segunda fase da revolta*. A primeira fase corresponderia ao período de 6 de setembro a 5 de outubro, quando então é firmado um acordo entre os revoltosos e o governo legal por intermediação estrangeira. A segunda fase, ao período de outubro até início de janeiro quando as potências consideraram o acordo rompido por parte do governo. Neste momento tem início a terceira fase em que as potências européias presenciam a intervenção norte-americana em apoio ao governo de Floriano Peixoto.

se que houve uma disputa entre governo e revoltosos para conseguir apoio internacional e que os estrangeiros hesitavam em realizar uma intervenção que beneficiasse a qualquer um dos lados do conflito.

Desde o início da revolta Custódio de Melo procurou regular as atividades dos navios comerciais e exercer a patrulha na baía, decorrente do domínio de fato da situação. Isto ele fez notar aos comandantes estrangeiros, em 10 de setembro, ocasião em que estes contestaram o direito do contra-almirante na fixação do prazo de duas horas diárias para que os navios fossem abastecidos com carvão sob condição de não desembarcarem. A 12 do mesmo mês, Custódio ordenou ainda que os navios estrangeiros saíssem da linha de fogo, uma vez que a Esquadra iria iniciar o bombardeamento das fortalezas de Santa Cruz e Laje de São João. Ainda no dia 14 de setembro, os comandantes estrangeiros solicitaram que Custódio de Melo desse um aviso prévio das operações que pretendia realizar e que marcasse um prazo para que os navios entrassem e saíssem da baía com segurança. Neste momento, Custódio solicitou a intervenção estrangeira em favor da esquadra. Respondendo àquele pedido, o líder rebelde afirmou que daria aos comandantes aviso de suas operações, mas que lhe era impossível fixar o prazo pedido porque os canhões dos morros do Castelo e de São Bento têm feito sem provocação fogo sobre os navios da esquadra<sup>24</sup>, e acrescentou: *O Contra-Almirante Melo, dando parte ao senhores comandantes das forças navais estrangeiras de um fato tão irregular e desumano como é a colocação de canhões no*

*meio de uma população pacífica para praticar atos de guerra ao alcance dos canhões inimigos, aproveita esta ocasião para convidá-los a tomar as medidas que reputarem convenientes para salvaguardar a vida e os interesses dos estrangeiros em geral, porque está decidido a responder aos insultos dos canhões de terra com a artilharia de bordo*<sup>25</sup> (grifos meus).

Assim, o governo – simulando fraqueza enquanto artilhava todo o Rio de Janeiro, as fortalezas e Niterói, desde o primeiro momento da Revolta – solicitou a intervenção para “proteger a capital” enquanto que Custódio de Melo a solicitou pois a Esquadra estava sendo alvejada – sem provocação – por canhões colocados em meio a uma população pacífica. O argumento que ambos dirigiram aos representantes estrangeiros era o mesmo: *a defesa dos direitos e da vida de seus cidadãos residentes na capital federal*. Ambos visavam, mediante intervenção, a paralisar seu oponentes. Os governos estrangeiros, por sua vez, não desejavam intervir nos negócios internos do Brasil, quer porque de início a guerra estava indefinida (e não seria interessante fazer uma opção errada<sup>26</sup>), quer porque as potências européias não viam com bons olhos aquele governo que tendia a ser uma ditadura militar e que aparentava não ter condições de superar o quadro de instabilidade política e desequilíbrio financeiro que caracterizava o país desde a instauração do novo regime<sup>27</sup>.

No dia 16 de setembro Custódio de Melo recebeu comunicado dos comandantes estrangeiros informando-o de que, baseando-se em sua declaração, dirigiram uma solicita-

24 *Apud*. NABUCO, Joaquim. *Op.Cit.*, p. 60

25 *Idem*.

26 Como no caso da revolta da Armada chilena. Ver: MARTINS, Hélio Leôncio. *Op. Cit.*

27 Acerca das questões econômicas no início da República, bem como da desconfiança das potências estrangeiras acerca do novo regime ver: COSTA, Sérgio C. *Op.Cit.* e TOPICK, Steven. *Revolução Burguesa no Brasil?* *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 14, nº 28, 1994, p. 151-79.

ção para que os ministros de Inglaterra, França, Itália e Portugal entrassem em acordo – em nome dos interesses superiores da humanidade – com o governo para que as baterias do Rio não alvejassem a Esquadra sem que esta praticasse alguma hostilidade contra a cidade. Estavam lançadas as bases do acordo que se efetivaria a 5 de outubro. Em 29 do mesmo mês, os comandantes estrangeiros receberam o aviso de que os rebeldes iriam atacar a Fortaleza de Santa Cruz. No mesmo aviso, Custódio de Melo informava que se houvesse fogo de terra sobre a Esquadra, o Rio de Janeiro seria bombardeado. Neste momento a Inglaterra interveio decisivamente, ordenando aos seus representantes *junto ao governos de Lisboa, Paris, Roma, Berlim, Haia e Washington, para que recomendassem a cada um desses Governos que mandassem sem demora aos comandantes de suas Forças Navais estacionadas nesta baía ordem para se oporem por todos os meios, de mútuo acordo e chegando mesmo ao emprego da força, ao bombardeamento da cidade do Rio de Janeiro*<sup>28</sup>.

A 2 de outubro, duas notas foram expedidas pelas forças estrangeiras. Uma para Custódio de Melo, informando da nova posição assumida pelas potências e a outra insistindo junto ao governo para que retirasse ao Contra-Almirante rebelde todo o pretexto de hostilidade contra o Rio de Janeiro<sup>29</sup>. Joaquim Nabuco demonstrou como esta nova posição foi recebida com júbilo pelo governo, fato que transparece na resposta dada pelo mesmo aos comandantes estrangeiros<sup>30</sup>. No

dia 4, no entanto, o governo recebeu uma nova comunicação, na qual os comandantes expressavam sua *grande admiração por verem que nenhuma medida foi tomada naquele sentido* [retirar todo pretexto de hostilidade contra a cidade do Rio de Janeiro], *mas que pelo contrário, verificaram que o governo trabalha ativamente não só em aumentar o armamento das baterias existentes, mas ainda em construir novas baterias*<sup>31</sup>. Na mesma nota, informavam que haviam solicitado aos representantes de seus governos para que intervissem junto às autoridades brasileiras para que estas ordenassem a retirada dos canhões que protegiam a cidade, pois caso contrário eles retirariam a intimação feita a Custódio de Melo.

A resposta a esta interpelação foi dada através de nota do Ministério das Relações Exteriores do dia 5 de outubro, na qual o governo, fazia um retrospecto da questão e manifestava sua surpresa diante desta nova mudança de posição das forças estrangeiras: *O Sr. Vice-Presidente, a quem comuniquei sem demora aquele documento [declaração dos comandantes do dia 4], foi penosamente surpreendido pela imputação que contém e pelo sentido que nele se dá às palavras (...) – há de tirar ao dito contra-almirante todo pretexto. Parece que (...) na mente dos Srs. representantes e comandantes as primeiras palavras significavam – retirar os canhões das baterias (...). O Sr. vice-presidente da República não entendeu, nem podia entender, que era convidado a retirar os canhões, (...) porque considerava subsistente o acor-*

28 NABUCO, J. *Op. Cit.*, p. 64.

29 *Relatório do Ministro das Relações Exteriores*. Anexos, nº1, p. 4.

30 *Idem*, nº 2 de 3/10: *O Sr. Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil vê com satisfação que os srs. Comandantes das forças navais (...) declararão ao Contra-Almirante Custódio José de Melo que, se for necessário, se oporão pela força a todas as suas empresas contra a cidade do Rio de Janeiro. Os srs. Representantes (...) podem estar certos de que aquela intimação não seja prejudicada por ato do Governo Brasileiro, o qual há de tirar ao dito contra-almirante todo pretexto para hostilizar a mesma cidade.*

31 *Relatório do Ministro das Relações Exteriores*. Anexos, nº3, p. 6.

do que mencionei [do dia 14 de setembro]. Os srs. comandantes das Forças Navais não estão bem informados. As baterias existentes não foram aumentadas e nenhuma outra foi construída. O Sr. vice-presidente da República não compreende o motivo de tão súbita mudança em resoluções que pareciam tão bem assentadas e vê com pesar que essa mudança pode ser interpretada, contra a vontade dos Srs. comandantes e representantes, como apoio moral dado ao chefe da revolta, que assim quase entra na posição de beligerante. Todavia, deixando aos mesmos Srs. a responsabilidade das conseqüências do seu novo procedimento, vai ordenar que os canhões sejam retirados das referidas baterias<sup>32</sup>.

Fosse mudança de posição ou apenas um esclarecimento do sentido dos termos empregados nas comunicações entre os comandantes e o governo legal, a insistência dos estrangeiros parece ter decorrido da denúncia que fez Custódio de Melo acerca da situação do Rio de Janeiro em resposta à nota do dia 2 a ele enviada. Em sua correspondência, Custódio de Melo fazia notar que a norma que estava seguindo até aquele momento era a de procurar poupar a vida dos habitantes do Rio de Janeiro e de prejudicar o menos possível os seus interesses comerciais. Porém – continuava – desde que o governo havia transformado a cidade em uma praça de guerra, via-se no direito de responder ao ataque das baterias dos morros e de efetuar um desembarque sem o menor receio quanto às conseqüências de seus atos.<sup>33</sup>

Esta tumultuada troca de notas entre os dias 2 e 5, sugere algumas considerações. Percebe-se que o governo, utilizando-se do recurso da *interpretação* dos termos da correspondência diplomática, procurou garantir para si o apoio das potências estrangeiras: o tom das notas do ministro das Relações Exteriores permite verificar que o Presidente Floriano Peixoto desejava, de um lado, sob a proteção da esquadra estrangeira atar as mãos de Custódio na baía, e de outro, assegurar-se da liberdade e da legitimidade do processo de fortificação da capital federal. Utilizando-se do recurso da *interpretação* o governo pressionava os comandantes e representantes estrangeiros – acusando-os de estarem dando apoio moral à revolta, bem como atribuindo às forças estrangeiras a responsabilidade das conseqüências da retirada dos canhões das baterias dos morros. Por outro lado, a nota do dia 2 de Custódio de Melo apontou para uma questão fundamental nas relações internacionais: para o direito internacional uma cidade era caracterizada como aberta quando no desenvolvimento normal de suas atividades e era considerada fechada mediante a manifestação de *intenção de defesa e de resistência*<sup>34</sup>. Assim considerado, a presença das baterias e todas as declarações oficiais do governo revelavam a intenção de defesa e resistência e o Rio de Janeiro só poderia ser considerada pelos estrangeiros como cidade fechada. Daí a preocupação destes com a retirada dos canhões que objetivava tirar a Custódio de Melo *todo pretexto* de hostilização da capital. Não se

32 *Idem*. Anexos, n<sup>o</sup>4, p. 7-8.

33 Nota de 02 de outubro. *Apud*. NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p.71-2.

34 Pradier Foderé observa: *Ce Qui fait, en général la différence entre les villes fortifiées et les villes non fortifiées c'est que l'ennemi doit s'attendre à trouver de la résistance de la part de unes et à ne pas en trouver de la part de autres. Mais la défference cesse du moment où il est constaté que cette présomption est inexacte. Ce qu'on peut réellement exiger d'une armée envahissant, c'est qu'elle ne mombarde des places, fortifiées ou non, qu'après avoir acquis la certitude de leur intention de se défendre.* *Apud* FREIRE, Felisbelo. *Op. Cit.*, p. 165.

tratava, portanto, de uma questão de *livre interpretação* do que estava claramente firmado no direito internacional<sup>35</sup>. Este fato revela que tanto Floriano como Custódio concebiam e operavam com a diplomacia de modo *instrumental*, dentro de uma guerra em que as *relações políticas se efetivavam por outros meios*. Por outro lado, os comandantes e representantes estrangeiros, neste momento de indefinição, resistiram aos dois líderes e mantiveram uma intervenção para garantir os interesses *superiores da humanidade* – leia-se os interesses comerciais das várias potências – ou, como observou Joaquim Nabuco, não era uma intervenção, mas sim uma *mediação*, o que irritou tanto o governo quanto os revoltosos. E a série de escaramuças provocadas de lado a lado, no período de outubro de 1893 a janeiro de 1894, podem ser vistas como tentativas de envolver nações estrangeiras em uma *guerra doméstica*, o que não ocorreu.

É conhecido o desenrolar dos acontecimentos: Floriano mandou recuar os canhões para trás dos morros tendo, entretanto, continuado com a fortificação da cidade até o final da Revolta<sup>36</sup>. Em fins de dezembro de 1894, os comandantes e representantes estrangeiros consideraram que o governo havia rompido o acordo, que o Rio de Janeiro caracterizava-se como cidade fechada e abandonaram a mesma à sua sorte. Por outro lado, a diplomacia europeia, sob a liderança inglesa, dava sinais

positivos para o reconhecimento dos rebeldes, a esta altura já conjugados com as forças federalistas no Sul, como beligerantes. Neste momento ocorreu uma *intervenção* – no sentido real do termo – da diplomacia e da esquadra norte-americana em favor do governo legal, rompendo o bloqueio comercial imposto à capital federal e paralisando as, já então desgastadas, forças rebeldes. Aquilo que Floriano desejava desde o início da revolta – que as esquadras estrangeiras bloqueassem de fato a ação dos rebeldes – foi conseguido somente em fins de janeiro de 1894.

Algumas observações de caráter estratégico são necessárias. Os autores que trabalham com o tema, de modo geral, não têm Custódio de Melo em alta conta como estrategista militar. O argumento principal é que ele teria negligenciado a ocupação do restante da baía e de Niterói, permitindo que o governo criasse um ‘círculo de fogo’, encurralando a esquadra rebelde no fundo da baía para desfechar o golpe final com uma esquadra adquirida no exterior, que foi justamente denominada “esquadra de papelão”<sup>37</sup>. As coisas, aparentemente, não se passaram deste modo. O acordo de 5 de outubro envolvia apenas a cidade do Rio de Janeiro e, portanto, se garantia a Floriano a liberdade para organizar a resistência em terra e colocar a máquina do governo em funcionamento para a captação de recursos no exterior, também Custódio de Melo estava livre para conquistar a baía e

35 Tanto no caso da tentativa de caracterizar os revoltosos como *piratas* como no momento da rendição de Saldanha da Gama e do asilo dos revoltosos nas corvetas portuguesas o governo de Floriano Peixoto se permitiu *interpretar* as definições do direito internacional segundo seus interesses, como se bastasse um decreto presidencial para revogar aquilo que internacionalmente era aceito como norma. Ver: NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*

36 Ver: NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.* MARTINS, Hélio Leôncio. *Op. Cit.*, entre outros.

37 Apesar dos panegiristas do governo Floriano afirmarem que a chamada “esquadra legal” venceu a revolta, a simples leitura do *Relatório do Ministro da Marinha* de 1894 permite verificar que a referida esquadra não passava de um amontoado de navios comerciais e de guerra velhos e/ou reformados, guarnecidos por tripulações mercenárias desprovidas de qualquer preparo e que não poderia realizar um combate sequer. Pelo relato do Comandante Gonçalves, pode-se aquilatar os esforços sobre-humanos que este oficial empregou para conseguir fazer chegar ao Rio de Janeiro aquele grupo de navios sem qualquer valor militar, adquiridos por elevado preço. *Relatório do Ministro da Marinha, 1894.*

para exercer o bloqueio do porto. Leitor de Clausewitz e de Mahan, militar experiente, Custódio de Melo sabia que era necessário a existência de uma base para os navios rebeldes e desde o início da revolta (já no dia 6 de setembro) as forças insurgentes tentaram conquistar Niterói. O governo, no entanto, promoveu tenazmente a defesa da cidade desde o primeiro momento<sup>38</sup>. Também Saldanha da Gama, líder da Revolta na baía a partir de dezembro, tentou conquistar as ilhas e fortalezas em inúmeras operações em janeiro de 1894 e Niterói – na sangrenta batalha da Armação em fevereiro do mesmo ano.

Não é possível, portanto, a compreensão da derrota da Revolta da Armada através de explicações genéricas como a *incompetência militar de Custódio* ou como a *intervenção estrangeira*. A *mediação* da esquadra estrangeira simplesmente impediu o arrasamento do Rio de Janeiro e a *intervenção* norte-americana (na ruptura do bloqueio comercial) somente deu o golpe de misericórdia em um movimento desgastado por suas contradições internas, pela falta de unidade política que redundou na impossibilidade de formulação de uma estratégia – no sentido de Clausewitz – política e militar de conquista do poder.

A justificativa da Revolta da Armada, de acordo com a proclamação de Custódio de Melo, era a salvação da Constituição, a restauração do regime republicano democrático. Aparentemente houve, por parte do ex-ministro da Marinha, uma excessiva confiança de que a simples manifestação deste objetivo teria como efeito provocar a adesão de

toda a oficialidade da Armada e a cisão do Exército, o que não ocorreu<sup>39</sup>. Custódio de Melo parecia, também, estar convencido de que o 6 de setembro seria uma repetição do 23 de novembro, quando bastou a movimentação da Esquadra na baía para que Deodoro, já pressionado pela oposição do Congresso, renunciasse<sup>40</sup>.

A aproximação de Custódio com os federalistas redundou na problemática junção de duas perspectivas políticas contraditórias (Custódio dizia defender uma Constituição que os federalistas combatiam) que impediu uma ação estratégica política e militar unificada. A adesão de Saldanha da Gama, em dezembro de 1893, complicou ainda mais o quadro. O manifesto monarquista do Almirante provocou a divisão nas forças revoltosas, agravando a fragilidade do governinho de Desterro. Saldanha foi claramente abandonado na Baía de Guanabara à sua própria sorte, sem recursos e sem possibilidade de reabastecimento, com uma esquadra desprovida de suas mais fortes unidades, deteriorando-se dia a dia.

O manifesto de Saldanha permitiu ao governo criar duas imagens que se fixaram na memória e em boa parte da historiografia: de um lado, o movimento revoltoso (inclusive a Revolução Federalista sob o comando de Silveira Martins) foi identificado como uma tentativa de restauração monárquica e assim foi ele entendido pelos contemporâneos<sup>41</sup>; de outro, a imagem de Floriano identificou-se à salvação do regime, o que lhe permitiu superar as últimas resistências internas e

38 Felisbello Freire observa que a conquista de Niterói significaria a posse da Armação e da Fortaleza de Santa Cruz, as mais importantes fortalezas legais. FREIRE, F. *Op. Cit.*, p.92.

39 No *Relatório do Ministro da Marinha* de 1894, verifica-se que a maior parte dos militares envolvidos na Revolta eram de média e baixa patente e que do total de 1.423 oficiais efetivos, apenas 395 tomaram parte na mesma. Daí ser correta a análise de Hélio Leôncio Martins quando afirma que foi uma revolta de *parte da Armada*.

40 Este parecia ser o espírito dominante entre os oficiais revoltosos. FREIRE, F. *Op. Cit.*, p. 13.

41 Sérgio Corrêa da Costa esclarece em seu livro que os americanos decidiram apoiar Floriano quando foram convencidos – devido ao Manifesto de Saldanha – que o movimento era restaurador. COSTA, Sérgio C. *Op. Cit.*

angariar o apoio norte-americano. Assim a criação da imagem do *inimigo restaurador* foi decisiva para a vitória do governo legal. Este núcleo ideológico constituiu uma estratégia – um programa político a ser realizado: a salvação da pátria a qualquer preço. Nem paz, nem consenso marcaram o período inicial do regime republicano no Brasil.

Um outro problema, no entanto, demanda uma resposta. Ao tratar da questão militar ao final do Império, Sérgio Buarque aponta para o caráter incruento da história do Brasil devido às tendências das elites do país à conciliação. Observa este autor: *Já se sabe como, no Brasil, os grupos dirigentes (...) nunca deixaram de formar uma camada extremamente rala de privilegiados (...) unidos entre si através de vínculos mais ou menos estreitos de interesses, de classe social e até de sangue. Não é difícil, em condições tais, que alguma saída pacífica encerre afinal todos os conflitos capazes de transtornar empenhos ou aspirações comuns àqueles privilegiados, e chega-se então ao conchavo. (...) ainda nos casos em que não se chegue a algum acordo pacífico, restará sempre um interesse comum aos litigantes, o de evitarem tanto quanto possível que possam transpirar os mais graves efeitos de tais conflitos. E quanto mais graves sejam, isto é, escabrosos e escandalosos, tanto mais hão de esquivar-se ao comentário público, pois a todos mais ou menos atingem, e o melhor é que fiquem, como se diz, em família*<sup>42</sup>. Teria sido incruento este evento de nossa história?

Vencida a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, o trabalho de “salvação” do

regime estava concluído. Restou a Floriano transmitir – mesmo a contragosto, segundo alguns – o bastião presidencial ao seu sucessor, cumprindo o acordo encetado com os paulistas no início dos conflitos<sup>43</sup>. Tendo assumido o poder, o maior interesse da elite cafeicultora era a estabilização política e a recuperação econômica do país. Para realizar seu programa o primeiro passo foi a conciliação das forças em confronto. Por isso mesmo, uma das primeiras providências de Prudente de Moraes, antes mesmo de assumir a presidência da República, foi acenar com a promessa da anistia aos revoltosos do Sul, o que se efetivou logo após sua ascensão.

Em seguida, sua principal preocupação foi tentar afastar – com sucesso apenas relativo – as Forças Armadas da política e recolocá-las dentro de seu papel constitucional, apesar da oposição jacobina<sup>44</sup>. Eleito como símbolo desta oposição, Floriano Peixoto – e por esta via direta também o Exército – foi guindado à posição de “Consolidador da República”, título com o qual “entrou para a História”. Por outro lado, o movimento monarquista encontrou seu símbolo em Luiz Felipe de Saldanha da Gama, cuja trajetória pessoal – a nobreza, o refinamento, a cultura, a disciplina militar, a lealdade, a determinação e o idealismo político que o levou à morte no Campo de Osório – permitiam identificá-lo com todos os valores que a “benigna monarquia dos Bragança” representara. Nasceu assim o mito da *Marinha como corporação monarquista*, quer pelo Manifesto de Saldanha, quer pela pena de Joaquim Nabuco, que, já em 1896, contrapunha as duas imagens – do tirano do Exército ao herói da Armada<sup>45</sup>. Mas o argumento

42 HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985, 326-7. (Tomo II, 5º volume), p. 326-7.

43 Ver: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

44 Para uma análise do jacobinismo no Brasil ver QUEIROZ, Suely R. *Op. Cit.*

45 O impacto do Manifesto de Saldanha da Gama, a propaganda do governo Floriano Peixoto e a crítica monarquista ao militarismo republicano, em especial os escritos de Ouro Preto, parecem ter sido eficientes

de Nabuco é especioso: segundo ele seria um *militar monarquista* que iria salvar o país do *militarismo republicano*.

Assim, tanto para os republicanos (com seu Marechal) como para os monarquistas (com seu Almirante), a salvação do país — mesmo que dos militares — dependia da intervenção militar e aí pouco importa que ocupassem posições opostas no espectro político pois o que daria legitimidade às suas ações seriam o patriotismo e as virtudes guerreiras. Por isso mesmo, não é surpreendente que se encontrem — dispersos no tempo — florianistas como Dunshee de Abranches e Oswaldo Aranha que apontem Floriano Peixoto e Saldanha da Gama como os maiores exemplos de patriotismo no início da República<sup>46</sup>. A conciliação é feita também para a posteridade, destituindo a historicidade dos homens e apagando os aspectos mais *escabrosos* do período:

a) como as elites militares e civis aliaram-se em várias facções que lutaram para conquistar o poder e apresentaram estas lutas (e toda a violência e arbitrariedade que as acompanharam) como necessidade e como fatalidade históricas — seja para salvar a República “dos restauradores”, seja para restaurar uma monarquia “benevolente”;

b) como estas elites não se importariam em sacrificar a soberania do país para conquistar e manter-se no poder (fossem os cafeicultores que sustentaram Floriano, fossem os fi-

nancistas e demais descontentes com a República “dos fazendeiros” que se aglutinaram em torno de Custódio de Melo e de Saldanha da Gama);

c) como estas elites acusaram-se mutuamente de serem beneficiadas por uma intervenção estrangeira, pela qual ansiaram e lutaram;

d) como finalmente fizeram a conciliação e, sob as lendas da intervenção estrangeira, de Floriano e de Saldanha, ocultaram seus conflitos e contradições.

O estudo do episódio da *intervenção estrangeira* na Revolta da Armada revela, portanto, não apenas estes aspectos pouco amáveis das elites brasileiras do período republicano, mas também que o fenômeno do *militarismo* não existe sem a interferência civil nos meios militares e, finalmente, que estes últimos não representaram um poder desestabilizador na República Velha, mas, ao contrário, um elemento permanente e intrinsecamente ligado à estrutura política do país. Por isso mesmo, Floriano e Saldanha podem ser vistos como duas faces de uma mesma moeda, ou como disse Oswaldo Aranha em 1946:

*A vocação deles era a mesma: o serviço da pátria. A guerra estrangeira os reuniu nas mesmas batalhas. A militar os associou na mesma compreensão dos deveres. A República, como antes, o Império, os pusera sob a mesma bandeira.*

no sentido de cristalizar esta imagem da Armada Nacional como *monarquista*, na memória e na historiografia. Recentemente, no entanto, esta imagem tem sido questionada e revista. Ver: DUDLEY, William S. *A revolta naval brasileira de 1893. Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 118, n°s 4/6, abril/junho, 1998, p. 175-84; JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Op. Cit.*; QUEIROZ, Suelly R. R. *Op. Cit.*; QUEIROZ, Tito. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997 e *O Associativismo militar e a Marinha. Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 118, n°s 10/12, outubro/dezembro, 1998, p. 138-56.

46 ABRANCHES, Dunshee. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914 (2 vol.). ARANHA, Oswaldo. Em Saldanha da Gama a Marinha teve seu duque. In SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar. *A reconciliação do Brasil com o mar*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, s/d, p. 109-17.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Dunshee. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914 ( 2 vol.).
- BARBOSA, Rui. Lição do Extremo Oriente. In *Cartas de Inglaterra*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Iracema, 1972.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 p. 27.( A primeira edição é de 1832-1834).
- COSTA, Sérgio C. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. 2 ed. Brasília : Editora da UNB, 1979. (A primeira edição é de 1945).
- DIAS, Arthur. *O problema naval: condições atuais da marinha de guerra e seu papel nos destinos do país*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1899.
- DUDLEY, William S. A revolta naval brasileira de 1893. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v 118, n°s 4/6, abril/junho, 1998, p. 175-84;
- ECO, Umberto. *Pensar a guerra. Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis ( Visconde de Ouro Preto). Armada Nacional. In *A década republicana*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1900.
- \_\_\_\_\_. *A marinha d'outr'ora ( subsídios para a História)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.
- FREIRE, Felisbelo. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília; Editora da UNB, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985, 326-7.( Tomo II, 5° volume).
- JANOTTL, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In FREITAS, Marcos C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 119-43.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACOMBE, Américo J. Almirante Saldanha. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, n° 12, dezembro, 1975, p. 29-45.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- NABUCO, Joaquim. A intervenção estrangeira durante a revolta da armada de 1893. In SILVA, Leonardo D. *Nabuco e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1990, p. 53-173. (A primeira edição é de 1896).
- QUEIROZ, Suely R. R. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUEIROZ, Tito. *O associativismo militar no Brasil ( 1890-1940)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997
- \_\_\_\_\_. O Associativismo militar e a Marinha. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 118, n°s 10/12, outubro/dezembro, 1998, p. 138-56.
- SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar. *A reconciliação do Brasil com o mar*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, s/d, p. 109-17.
- TOPICK, Steven. Revolução Burguesa no Brasil? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 14, n28, 1994, p. 151-79.
- VIDIGAL, Armando Amorim F. Apontamentos de estratégia naval. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v 118, n°s 7/9, julho/setembro, 1998, p. 103-31.

### CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Revolta da Armada /; Intervenção estrangeira; Floriano Peixoto (General); Custódio de Mello (Almirante);

# SUBMARINO MUSEU RIACHUELO

Foram ao todo vinte anos de operatividade, 1.283 dias de mar, 17.699 horas e 41 minutos de imersão, 181.924 milhas navegadas. Ele, que é carinhosamente conhecido como "RIACHA", carrega o nome da Batalha Naval que tanto orgulho trouxe à Marinha do Brasil. É o segundo de uma série de três navios da Classe Oberon inglesa, trazendo um grande avanço no domínio de emprego e de novas técnicas para os procedimentos operativos, marcando uma nova etapa na história da nossa Força de Submarinos.

Foi construído na Inglaterra em 1973 e lançado ao mar em 6 de setembro de 1975, com seus 90,02 metros de comprimento, tendo sido incorporado à Armada Brasileira em 27 de janeiro de 1977.

Em 12 de novembro de 1997, realizou-se a Mostra de Desarmamento do Submarino, sendo o navio entregue ao Serviço de Documentação da Marinha e reclassificado como submarino-museu.

No Submarino-Museu RIACHUELO, atracado ao cais do Espaço Cultural da Marinha, o visitante terá uma noção da vida a bordo ao percorrer seus compartimentos e conhecer seu armamento, suas máquinas e equipamentos diversos.

O Espaço Cultural da Marinha fica localizado à Av. Alfred Agache, ao lado da Estação das Barcas na Praça XV. Aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min.